

**LUNA, Francisco Vidal. Economia e Sociedade em Minas Gerais (Período Colonial),  
*Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, IEB-USP, (24):33-44, 1982.**

## ECONOMIA E SOCIEDADE EM MINAS GERAIS (PERÍODO COLONIAL) \*

Francisco Vidal Luna \*\*

Na análise da estrutura produtiva implantada nas várias áreas do Brasil ao longo de seus primeiros séculos de existência, deve-se levar em conta, além das condições peculiares da economia em apreço, o Sistema Colonial então vigente. Em larga medida, o envolver econômico e social da Colônia, naquele período, condicionou-se e direcionou-se em função das regras impostas pelo sistema, no qual se superpunham os interesses da Metrópole aos da Colônia.

Os vultosos investimentos efetuados no Brasil por Portugal e seus súditos visavam, em essência, ao fortalecimento do Estado Metropolitano, através dos recursos obtidos tanto pela Coroa como pelos indivíduos participantes da arriscada empreitada. Os gastos incorridos com a colonização do território, as obras de infra-estrutura realizada e os investimentos produtivos aqui implantados objetivavam, na realidade, desenvolver atividades econômicas que possibilitassem gerar excedentes líquidos transferíveis à Metrópole.

Nesse sentido, a exploração dos metais significava a forma mais simples de obter tais resultados. O papel desempenhado pelo ouro e a prata no contexto do mercantilismo propiciava a tais mercadorias importância fundamental, pois constituía o principal meio de troca, utilizado tanto nas transações internas como no comércio exterior.

Os países sem extração própria de metais viam-se a obtê-los indiretamente, através de *superavits* no comércio externo, com a exportação de bens produzidos em território metropolitano ou nas colônias ultramarinas.

No caso de Portugal, o sonho dourado dos metais revelou-se uma constante ao longo dos séculos XVI e XVII. As lendas do Eldorado e do Sabaraboçu exerceram um permanente fascínio.

No princípio, as riquezas aparecem mais como fruto da imaginação e das esperanças do colonizador português. Elas existiam, realmente, a expressar as esperanças dos que adentravam os sertões: num primeiro momento em expedições de reconhecimento e num segundo na captura dos índios.

A localização da zona aurífera deve ser creditada aos bandeirantes paulistas que palmilharam extensas áreas do território brasileiro; tais sertanistas dedicavam-se à captura do elemento indígena, base de sua mão-de-obra e seu principal "produto" de exportação. Tal atividade exigia a exploração do sertão e lhes possibilitava efetuar subsidiariamente a pesquisa mineral. Como a procura de metais não se constituía no objeto principal das incursões, resultados negativos, mesmo persistentes, não inviabilizavam sua continuidade. Enquanto houvesse gentio a capturar e mercado

---

\* Neste trabalho resumimos algumas das conclusões pormenorizadamente desenvolvidas no estudo de nossa autoria intitulado: "Minas Gerais: Escravos e Senhores. Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Centros Mineratórios".

\*\* Professor da Faculdade de Economia e Administração da USP

comprador para essa mão-de-obra, tais indivíduos poderiam continuar a exercer tal atividade econômica.

O longo tempo transcorrido entre as primeiras penetrações ao interior do país e as descobertas das ricas áreas extrativas da Gerais pode ser imputado tanto à falta de preparo técnico dos paulistas, como às características físicas da região mineira. A área que se tornaria a principal zona extrativa constituía o sertão inóspito, de difícil acesso e onde o elemento branco não se estabelecera.

As dificuldades do meio físico refletiram-se na própria forma de exploração dos metais e na estrutura da sociedade ali assentada. Embora viesse a tornar-se o centro dinâmico e catalisador da Colônia, seu relativo distanciamento do litoral e dos portos isolava esta região e contribuía para gerar ali uma sociedade atípica em relação às demais existentes no Brasil.

Divulgada a notícia da descoberta do metal, iniciou-se uma verdadeira corrida do ouro; de todos os pontos da Colônia chegavam indivíduos ávidos de riqueza. A Coroa de imediato procurou impor restrições ao deslocamento às minas, pois o afluxo descontrolado de pessoas e o envio maciço de escravos às Gerais poderiam representar o enfraquecimento econômico e mesmo militar de outras áreas do país. Impunha-se, além disso, estruturar a máquina administrativa e arrecadadora, sob pena de perder o domínio da situação.

Do próprio Reino formou-se intensa corrente migratória, sobre a qual a Coroa tentou impor seu controle. A corrida às minas justificava-se pelo tipo de ocorrência de ouro. Encontrado na forma de aluvião permitia, na primeira fase extrativa, um rendimento elevado e no qual praticamente se igualava a produtividade por escravo de pequenos e grandes proprietários. Assim, o exercício da atividade abria-se mesmo aos indivíduos sem recursos para adquirir um único escravo, dedicavam-se à faiscação até acumular recursos suficientes para adquirir sua própria mão-de-obra cativa, base do trabalho na faixa extrativa.

Conhecida a potencialidade da área, a Coroa tratou de montar a estrutura administrativa e o arcabouço legal com vistas a absorver parte do produto das minas. Implantou a máquina arrecadadora dos quintos; criou uma complexa organização burocrática na qual se confundiam funções executivas, legislativas e judiciárias, definiu regras para a concessão de datas minerais e impôs inúmeros impostos e taxas sobre mercadorias e escravos enviados às Gerais.

A análise ampla das normas impostas pelo Reino revela o anseio de obter o máximo de rendimento para a Metrópole e, sob tal aspecto, a legislação, a nosso ver, revelava-se extremamente coerente. Ao monopolizar o direito de distribuir datas minerais e ao exercer um controle sobre o fluxo de escravos encaminhados às zonas extrativas, a Coroa detinha o controle virtual da atividade e condicionava a organização da própria estrutura produtiva.

A distribuição de datas, proporcional ao número de escravos de cada indivíduo, induzia o mineiro a concentrar seus recursos em mais braços. Isto representava para a Coroa maior potencial tributário em termos de quintos; mais receita na forma de taxas sobre escravos enviados às minas e uma forma indireta de fortalecimento da Metrópole, via tráfico negreiro. Ao condicionar-se a concessão de uma segunda data mineral à exploração da primeira, os mineiros viam-se estimulados a realizar um rápido serviço extrativo nas áreas recebidas. Como se tratava de minério de aluvião, a primeira lavagem do cascalho revelava-se normalmente com maior teor de ouro do que as lavagens sucessivas do mesmo cascalho. Assim, colocava-se ao mineiro a opção de efetuar

inúmeras lavagens do material aurífero ou realizar um trabalho superficial e logo obter nova data mineral ainda virgem e potencialmente mais produtiva. De modo geral, na primeira fase da atividade mineira, quando se multiplicavam as novas áreas descobertas, a segunda opção tornava-se mais atraente. Tal forma de exploração atendia a racionalidade do mineiro e enquadrava-se perfeitamente às normas coloniais vigentes. Possibilitava também o aumento imediato da produção e, portanto dos quintos reais, embora comprometessem as possibilidades futuras da atividade.

A única precaução, a limitar a ânsia extrativa da Coroa, residia na eventualidade de excessos de oferta de metais ou pedras preciosas ou eventuais dificuldades na fiscalização e cobranças dos tributos <sup>1</sup>.

A forma de ocorrência do metal, ouro de aluvião, privilegiava métodos extrativos intensivos em mão-de-obra, fator de produção de grande mobilidade, propriedade importante em atividade em permanente movimento. As próprias condições físicas da área onde se concentravam os serviços, com topografia acidentada, rios caudalosos, elevados índices pluviométricos e caminhos dos piores da Colônia, dificultavam o uso intensivo de máquinas e equipamentos de porte. Além disso, a inexistência de produção local de ferro tornava a atividade mineira dependente do abastecimento externo deste produto, que se revelava extremamente caro nas Gerais, tanto pelo custo de transporte quanto pelas diversas taxas incidentes sobre o mesmo.

A própria Coroa, como foi visto, estimulava, via legislação, o uso de métodos intensivos em mão-de-obra, na medida em que distribuía as datas minerais com área proporcional ao número de cativos de cada indivíduo. Por fim, a pequena dimensão das datas concedidas dificultava também a realização de trabalhos de maior envergadura <sup>2</sup>.

A água revelou-se ao início da atividade extrativa, o principal inimigo dos mineiros; necessitavam retirar o cascalho aurífero depositado no leito dos rios ou nos tabuleiros. Com freqüência, os serviços realizados eram destruídos pela força hidráulica, principalmente na época das chuvas. Com o tempo, sem embargo, os mineiros conseguiram dominar tal forma de energia e torna-la sua principal aliada. A água, lançada morro abaixo, desbastava as encostas e permitia extrair e acumular a lama rica em ouro. Para tornar isto viável, impunha-se o envio da água, em grande quantidade, para o topo das elevações, o que exigia a construção de extensos aquedutos pelos quais se transportava a massa líquida através de quilômetros de distância. Para receber, armazenar e enriquecer o material aurífero serviam-se dos mundéus no curso dos rios, através da construção de leitos artificiais abertos em canais paralelos ou em canaletas de madeira suspensas sobre o leito original. Tais obras civis, efetuadas particularmente quando se esgotavam os depósitos auríferos mais facilmente exploráveis, foram realizados com o uso intensivo de mão-de-obra e de materiais disponíveis na região.

---

<sup>1</sup> Estas duas causas podem ser apontadas como as principais a explicar a imposição de normas diferenciadas para a zona extrativa dos diamantes. Enquanto tal atividade esteve "aberta aos povos", tornou-se difícil efetuar um controle aceitável da produção de modo a evitar tanto a sonegação como o excesso de oferta no mercado. Tão logo descobriram-se os diamantes em Minas, o preço internacional depreciou-se pela oferta adicional colocada no mercado. Ao contrário dos metais preciosos, utilizados como moeda – o que lhes ampliava as possibilidades no mercado – os diamantes eram um bem de luxo e cujo potencial aquisitivo resumia-se a um número limitado de compradores. Este fato justifica a posição de J.J. da Cunha Azevedo Coutinho, escritor coevo, a pleitear que se utilizassem os diamantes também com moeda, pois tal medida ampliaria significativamente a demanda

<sup>2</sup> A perfuração dos morros em busca dos veios pode ser citado como exemplo de atividade extrativa dificultada pelo reduzido tamanho das datas. Quando algum mineiro desejava efetuar uma obra segura, com os canais de ventilação necessários, serviço de drenagem de água e com um ângulo de penetração na rocha apropriado, enfrentava o sério problema da falta de espaço. Nesses casos, devia optar entre a realizar um serviço mais rudimentar e inseguro, como risco de sofrer um sério acidente ou avançar nas áreas limítrofes e incorrer na ira dos vizinhos.

Pelo exposto pode-se aquilatar a importância da mão-de-obra na atividades mineiro. Dela dependia tanto o trabalho extrativo propriamente dito, como a própria construção das obras civis implantadas nas Gerais. Assim, o estudo das características dos proprietários de escravos e da massa de cativos existentes em Minas tornou-se, a nosso ver, elemento de fundamental importância para o entendimento da sociedade ali estabelecida.

Sob tal aspecto, estudamos a composição da massa escrava em várias localidades mineiras no período 1718 a 1804<sup>3</sup>. Quanto ao sexo, evidenciou-se amplo predomínio masculino, em particular nas fases iniciais da lide mineira. No que se refere à estrutura etária, os dados disponíveis revelam uma significativa concentração da escravaria na faixa que pode ser considerada mais produtiva, entre 15 a 44 anos. Por fim, no que diz respeito à origem dos escravos, notou-se no período ascensional da lide aurífera, marcante superioridade quantitativa do elemento africano. Com a decadência, reduziu-se, provavelmente a capacidade de adquirir novos escravos do exterior; tal fato, paralelamente ao próprio crescimento da massa escrava existente em Minas, modificou a participação relativa, com aumento proporcional dos cativos nascidos na Colônia. Ainda sob o aspecto da origem da massa escrava, os resultados obtidos demonstram o elevado peso relativo dos elementos Sudaneses dentre os cativos Africanos, principalmente na fase de ascensão da atividade aurífera, quando ocorreu, simultaneamente, incremento no percentual do grupo em apreço, que se revelava o preferido para a lide extrativa.

Com relação aos proprietários de escravos, evidenciou-se um predomínio de indivíduos com um número reduzido de cativos (entre um e quatro escravos), sendo raros os grandes senhores de escravos. Dentre os milhares de mineiros estudados, poucos registraram-se com mais de quatro dezenas de escravos e apenas um ultrapassou a centena. Para cada uma das localidades estudadas, o número médio de escravos por proprietário – que variou entre 3,7 e 6,5 – revelou relativa estabilidade, apesar de refletirem tanto épocas de ascensão da atividade (1718 a 1738) como de decadência da faina aurífera (1804).

Os valores do índice de Gini, medida estatística largamente utilizada nos estudos a respeito de distribuição de riqueza, resultaram – 0,403 e 0,573 – a refletir uma sociedade onde a propriedade, neste caso medida pela posse de cativos, encontrava-se relativamente bem distribuída, possivelmente de forma mais igualitária do que a prevalente nas demais áreas da Colônia.

Ademais, a mineração possibilitava aos próprios escravos maiores oportunidades, não só de alforria, como de se tornarem proprietários de cativos. Isto pode ser ilustrado pelos resultados obtidos a partir do manuscrito referente à capitação dos escravos no Serro do Frio, em 1738. Nessa localidade, entre os 1744 senhores listados que pagaram o tributo, proporcional aos escravos possuídos, nada menos de 387, ou seja, 22,2% constituíram-se de ex-escravos, ou seja, forros. Estes, em conjunto, detinham um total de 758 escravos, ou seja, 9,9% da escravaria taxada. Tal situação repetia-se em 1771 na localidade de Congonhas do Sabará, na qual os forros perfaziam 21,7% dos senhores e sua escravaria representava 10,2% da massa dos escravos da localidade.

A partir das idéias e evidências empíricas apresentadas, vamos efetuar algumas considerações a respeito das características essenciais do Brasil Colônia: a grande lavoura, a monocultura e a escravidão.

As peculiaridades da atividade mineira proporcionaram a formação de uma estrutura singular em relação à Colônia. De modo geral, aquilo que se pode comparar à

---

<sup>3</sup> Estudamos a Vila de Pitangui (1718-23); a comarca do Serro do Frio (1738); a Freguesia de Congonhas do Sabará (1771 e 1790); o Distrito de São Caetano (1804) e Vila Rica (1804).

“grande lavoura” não predominou, a nosso ver, nas Gerais. A atividade assentou-se basicamente no pequeno produtor, por força de variadas circunstâncias, inclusive pela orientação metropolitana. Tal linha de conduta não constituía uma mudança inexplicável nas regras do Sistema Colonial. Representava, na verdade, uma adaptação de tais normas às características próprias da mineração, mantendo-se, entretanto, o objetivo essencial do Sistema, qual seja, possibilitar a transferência do máximo possível de excedentes à Metrópole.

Se a atividade açucareira, quando aqui implantada, exigiu a grande lavoura, tal não ocorreu com a mineração. Dentro da racionalidade do Sistema Colonial podia permitir-se, ou mesmo estimular, extração através de uma estrutura produtiva que podia ser caracterizada como de “pequenas propriedade”.

Neste sentido, reveste-se de importância fundamental o fato dos indivíduos se deslocarem para as minas – tanto da Colônia como do Reino – por iniciativa própria, sem necessitar contar com estímulos da Coroa; destes, o mais usual e importante em outras áreas da Colônia era, sem dúvida, a concessão de uma extensa gleba de terra, que acabava por condicionar a própria estrutura de propriedade da região.

Embora fundamentado na mão-de-obra escrava, o regime escravista na mineração apresentava características especiais. A atividade mineira permitia aos cativos relativa liberdade de ação e maior oportunidade socioeconômica quando comparada às outras economias coloniais.

A forma como se efetuavam os trabalhos extrativos exigia do escravo, além do esforço físico, um certo grau de concentração e empenho, principalmente naqueles dedicados à fase de enriquecimento e apuração do ouro. Apesar do intenso controle e fiscalização sobre os cativos, somente através de estímulos obtinha-se efetiva dedicação por parte dos escravos. Ofereciam-se determinados tipos de recompensa, em geral materiais <sup>4</sup>, ou se concedia relativa liberdade de trabalho ao cativo. Eram freqüentes os casos nos quais autorizava-se ao escravo dedicar-se por algumas horas à extração em seu próprio benefício, após o desempenho da jornada de trabalho estipulada ou após obter determinado volume mínimo de produção. Com isto, muitos cativos obtinham recursos para a compra de sua própria liberdade <sup>5</sup>. Ademais, as próprias características da sociedade ali estabelecida, na qual ocorria franco predomínio masculino – dentre a população livre – propiciava às escravas do sexo feminino, ou às forras, oportunidades de concubinato ou prostituição, justificando a elevada proporção de mulheres na categoria de forros proprietários de escravos.

Através das causas apontadas, talvez seja possível justificar, ao menos em parte o elevado número de forros proprietários e escravos existentes no Serro do Frio e em Congonhas do Sabará. Note-se que os resultados apresentados para tais localidades devem subestimar o efetivo número de forros ali estabelecidos. Os forros listados nos documentos estudados representavam apenas os libertos que haviam ascendido à categoria de senhores de escravos. Infelizmente, não possuímos elementos para calcular o número de forros não proprietários, alocados tanto na mineração como em outras atividades dentro da sociedade mineira.

---

<sup>4</sup> Era o caso da extração diamantina na qual se ofereciam determinados presentes, inclusive a alforria, ao escravo que encontrasse diamantes de porte.

<sup>5</sup> Deve-se lembrar que uma larga parcela dos negros submetidos ao regime escravista nas Gerais provinham de regiões africanas, onde a mineração constituía uma atividade econômica secularmente explorada. Assim, muitos dos escravos possuíam conhecimentos técnicos a respeito desta faina, e que influenciaram o método extrativo adotado no Brasil. Tal conhecimento provavelmente criava um tipo de relacionamento diferenciado entre senhor e escravo, além do que, devia propiciar a este último a oportunidade de alto rendimento extrativo quando devidamente estimulado.

Outra das características básicas do sistema colonial a merecer certa qualificação, no que se refere às Gerais, diz respeito à “monocultura”. Ao implantar-se a atividade extrativa mineral, ao início do século XVIII, somente a expectativa de elevados rendimentos justificava tal empreendimento. Provavelmente a grande maioria da massa populacional, deslocada para a zona mineira, visava dedicar-se diretamente à própria atividade aurífera. Sem embargo, as características da própria mineração e da área onde a mesma desenvolveu-se propiciaram o surgimento de inúmeras atividades complementares. A área produtiva das Gerais correspondia, como foi visto, a uma zona distante dos portos e dos demais núcleos econômicos da Colônia. Ademais, a massa populacional concentrada na mineração necessitava de uma gama variada de bens, quer os destinados a sua sobrevivência, quer os materiais exigidos pela atividade extrativa. Para atender tal demanda, desenvolveu-se um intenso fluxo de mercadorias provenientes de Portugal e das mais variadas e distantes partes da Colônia. A economia mineira, que representou o primeiro e efetivo elo de interligação do país, refletiu-se intensamente na zona de criação do Sul do país, na agropecuária do Norte e em alguns pontos do litoral como, por exemplo, em Salvador e no Rio de Janeiro.

Apesar da grande maioria do abastecimento ser proveniente de áreas externas à zona extrativa, nas Gerais também se criaram atividades não voltadas diretamente à extração mineral. As dificuldades de transporte; a distância em relação às outras áreas produtivas da Colônia e dos portos de embarque; e elevada concentração populacional nas zonas produtivas e o desenvolvimento rápido de alguns núcleos urbanos de grande porte foram algumas das causas que podem ser apontadas como responsáveis pela implantação de inúmeras e variadas atividades na região. Neste sentido, existiam nos núcleos urbanos mineiros indivíduos dedicados tanto ao artesanato <sup>6</sup> como à prestação de uma larga gama de serviços. A própria agricultura ali desenvolvida chegou a ter expressão no abastecimento da população mineira.

Certas localidades, como Vila Rica, representaram, no século XVIII, áreas urbanas de grande densidade populacional e nas quais se praticava uma intensa divisão social de trabalho. Assim, embora, em princípio, a economia mineira tendesse a adquirir uma estrutura voltada totalmente à “monocultura” extrativa, sua própria dinâmica de crescimento levou ao surgimento de variadas atividades não ligadas diretamente à mineração, embora dependessem desta para sua sobrevivência.

Pelo exposto, pretendemos haver evidenciado algumas características importantes para o entendimento da economia mineira implantada nas Gerais no transcorrer do século XVIII. Pelas características singulares da sociedade ali estabelecida, acreditamos que a maioria dos conceitos gerais acerca da economia e sociedade colonial brasileira devem merecer certa qualificação quando referido aos estudos daquela área.

Esperamos que as evidências empíricas apresentadas possam contribuir para o alargamento de nosso conhecimento a respeito do evoluir socioeconômico de Minas Gerais, que se nos apresenta de fundamental importância para o próprio entendimento tanto do processo unificador da Colônia como do deslocamento de seu eixo econômico do Norte para o Centro Sul.

---

<sup>6</sup> Ao longo do século XVIII, como se sabe, a Coroa impôs limitações à existência de certas atividades na região mineira. De forma geral, desestimulava a agricultura para impedir a concorrência por braços e procurava evitar as atividades manufatureiras para manter a dependência em relação aos produtos exportados por Portugal.